

Ficha de unidade curricular

Ano académico 2016/2017

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais (TA)

Unidade curricular

Justiça Internacional – 2.º Ciclo – Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais

A unidade curricular visa o estudo dos principais sistemas de justiça internacional contemporânea – universal e regional, de âmbito geral e especializado em razão da matéria –, bem como das relações entre os mesmos e entre estes e a Ordem Jurídica Portuguesa e a Ordem Jurídica da União Europeia.

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos com vista à utilização desses sistemas.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional (geral e especializado em razão da matéria);
- a compreensão crítica da relação entre os diversos sistemas e da relação entre a Ordem Jurídica da União Europeia e nacional e esses sistemas (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas transnacionais que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

Conteúdos programáticos

1 INTRODUÇÃO

1.1 Resolução de diferendos internacionais 1.2 Justiça internacional e especialização do Direito Internacional, fontes e sujeitos 1.3 Justiça Internacional: delimitação do conceito 1.4 Tipologias de Justiça Internacional 1.6 Justiça internacional: elementos estruturantes

2 JUSTIÇA INTERNACIONAL UNIVERSAL

2.1 **Justiça de âmbito genérico** (o TIJ)

2.2 **Justiça especial** 2.2.1 Justiça internacional penal (Os TPI ad hoc para a Ex-Jugoslávia e o Rwanda; O TPI; Os tribunais mistos 2.2.2 Justiça internacional do mar (o TIDM) 2.2.3 Justiça internacional económica (O sistema da OMC) 2.2.4 Justiça internacional administrativa

3 JUSTIÇA INTERNACIONAL REGIONAL

3.1 **Justiça de âmbito genérico** 3.1.1. Europa: o TJUE 3.1.2 Africa: o Tribunal da UA e o TAJDH; o Tribunal da

CDA

3.2 **Justiça especial** 3.2.1 Protecção dos direitos do homem 3.2.1.1 Europa: a CEDH e o TEDH 3.2.1.2 América: a CADH e o TIADH 3.2.1.3 África: a CADHP e o TADHP Em matéria económica: o sistema do Mercosul e o TPR 3.2.3 Outros exemplos

4. A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E SUA CONCRETIZAÇÃO

5. A JUSTIÇA INTERNACIONAL, A ORDEM JURÍDICA DA UNIÃO EUROPEIA E A ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos estruturantes e a perspectiva de cada sistema individualmente considerado, quer na sua vertente material, quer na sua vertente processual. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem do seu relacionamento com as ordens jurídicas portuguesa e da União Europeia, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao nível nacional e transnacional – em especial regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa aos principais sistemas de Justiça Internacional e dos textos que os instituem; a elaboração de simulação (Ex. petição individual ao TEDH) – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, comentário de artigo dos Tratados que instituem sistemas de justiça internacional ou elaboração de peça processual); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo.

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional (artigos temáticos) e da jurisprudência, bem como a elaboração de simulações (sob a forma de peças processuais) permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional

Bibliografia principal

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010

AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 2006

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

básicos, Lisboa, AAFDL, 2006

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009

MALCOLM N. SHAW, *International Law*, 6.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008

RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010

YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014

YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003

CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford Handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014

NIKOLAOS LAVRANOS, *Jurisdictional Competition. Selected Cases in International and European Law*, European Law Publishing, 2009

CHIARA GIORGETTI (Ed.), *The Rules, Practice and Jurisprudence of International Courts and Tribunals*, Brill-Nijhoff, 2012

DARIO MOURA VICENTE (Ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective* (Collected papers of the ILA Regional Conference Held in Lisbon in 2014), Brill-Nijhoff, 2016

TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015

MANUEL DIEZ DE VELASCO, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.^a ed., Madrid, Tecnos, 2010

ANTONIO CASSESE, *International Law*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2005

PATRICK DAILLIER, MATHIAS FORTEAU e ALAIN PELLET, *Droit International Public*, 8.^a ed., Paris, LGDJ, 2009



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Academic year 2016/2017

Course - Master in Law and Legal Practice - International Law and International Relations (TA)

Curricular unit

International Justice - 2nd Cycle – Master in Law and Legal Practice - International Law and International Relations

The curricular unit aims at the study of the main systems of contemporary international justice – universal and regional, general and specialized *ratione materiae* – as well their respective relationship and the relationship with the Portuguese legal order and the European Union legal order.

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 hrs/week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

Learning outcomes of the curricular unit

Learning outcomes (juridical knowledge):

- to acquire the relevant technical-juridical key concepts which are essential to understand the problematic of the international justice systems;
- to acquire knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main international justice systems in order to know how to use those systems in practice.

Learning outcomes (skills and competences):

- critical analysis of those systems regarding its basic structural elements (transversal critical comparative analysis);
- critical analysis of the case law produced by those systems (both international courts and international jurisdictional institutions) as well as of its contribute to the development of the (general and specialized) International Law);
- critical comprehension of the relationship between those systems of contemporary international justice as well as of the relationship between the EU legal order and the Portuguese legal order and those systems (current state and perspectives of evolution);
- acquire the necessary skills to be able to use each of those systems according to the dispute to be solved and the rights involved in dispute, specially of the transnational systems opened to non-state subjects (individuals and others).

Syllabus

1 INTRODUCTION

1.1 Settlement of international disputes 1.2 International Justice and International law (specialization, sources and subjects) 1.3 International Justice: concept 1.4 International Justice: categories 1.6 International justice: structural elements

2 UNIVERSAL INTERNATIONAL JUSTICE

2.1 **General scope** (the ICJ)

2.2 **Special scope** 2.2.1 International Criminal Law (the ICC *ad hoc* for Ex-Yougoslavia and Rwanda; the ICC; the mixed tribunals 2.2.2 Law of the Sea (the ITLOS) 2.2.3 International trade (The WTO system) 2.2.4 International administrative tribunals

3 REGIONAL INTERNATIONAL JUSTICE

3.1 **General scope** 3.1.1. Europe: the CJUE 3.1.2 Africa: the Court of the AU and the ACJHR; the SADC Court

3.2 **Special scope** 3.2.1 Protection of human rights 3.2.1.1 Europe: the ECHR and the ECtHR 3.2.1.2 America: the ACHR and the IACHR 3.2.1.3 Africa: the ACHPR and the ACtHPR 3.2.2 Economic integration: the Mercosur system 3.2.3 Other examples

4. THE RELATIONSHIP BETWEEN THE SYSTEMS OF INTERNATIONAL JUSTICE AND THEIR PRACTICE 5. THE INTERNATIONAL JUSTICE, THE EU LEGAL ORDER AND THE PORTUGUESE LEGAL ORDER

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the contemporary systems of international justice in a dual perspective: the horizontal comparative perspective based on their structural elements and the individual perspective of each system both in its material and procedure features. Such approach allows the knowledge of such systems aiming at its future use according to the nature of the dispute to be solved through such systems.

Moreover, the syllabus includes the approach of the relationship between the mentioned systems and the portuguese an EU legal orders, considering that the dispute settlement and the protection of rights takes place at present both at national and transnational level, specially at regional european level. This approach allows the knowledge of such relationships aiming at the coordination, in each case, of the national and transnational relevant means in order to solve the disputes.

Teaching methodologies (including evaluation)

Teaching methodologies are based in three elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law and of selected material and procedural rules of the systems ; the drafting of a procedural piece – according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant documents and doctrine for previous preparation by the students. In this respect priority is given to the use of the *e-learning* platform of the University of Lisbon with a specific page for this curricular unit.

Evaluation methodology is based in two elements: a practical element (critical analysis of case law, critical analysis and commentary of selected rules guiding the systems or procedural piece); and a research element in order to write a paper on a specif topic according to the background of the students (law, international relations, other) ant their individual thematic preferences.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretic introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the systems of international justice as well of the knowledge on the nature and modus operandi of each system.

The critical analysis of the rules os each system (selected material and procedural rules) as well of the case law and the drafting of a procedural piece allows in particular the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant systems or systems that may be used and how they relate t the national level.

Main Bibliography

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010

AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 2006

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003
- CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009
- MALCOLM N. SHAW, *International Law*, 6.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008
- RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010
- YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014
- YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003
- CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014
- NIKOLAOS LAVRANOS, *Jurisdictional Competition. Selected Cases in International and European Law*, European Law Publishing, 2009
- CHIARA GIORGETTI (Ed.), *The Rules, Practice and Jurisprudence of International Courts and Tribunals*, Brill-Nijhoff, 2012
- DARIO MOURA VICENTE (Ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective* (Collected papers of the ILA Regional Conference Held in Lisbon in 2014), Brill-Nijhoff, 2016
- TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015
- MANUEL DIEZ DE VELASCO, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.^a ed., Madrid, Tecnos, 2010
- ANTONIO CASSESE, *International Law*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2005
- PATRICK DAILLIER, MATHIAS FORTEAU e ALAIN PELLET, *Droit International Public*, 8.^a ed., Paris, LGDJ, 2009